



**ATA N.º 1/2017**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**Local: Sala de Sessões dos Paços do Município.**

**Data: 20/01/2017.**

**Iniciada às 20,40 horas e encerrada às 23,30 horas.**

**I. Período de intervenção do Público ao abrigo do artigo 50º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal**

**II. Período da "Ordem do Dia"**

**Ponto Único: Reapreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Económico de 2017**

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** Dr. José Francisco Rocha Ramalho

**Primeiro-Secretário:** Dr.ª Catarina Ascensão Silva Marques

**Segundo-Secretário:** Joaquim Manuel Galamba Caeiro

**Membros:** José Duarte Costa Franco

Dr. Dimas Joaquim Canhão Ferro

Dr. José Pedro Pires dos Reis

Aline Margarida Amaral Batista do Rosário

Dr. Rui Miguel Rocha Passinhas

Dr.ª Florbela da Luz Descalço Fernandes

Ricardo Tavares Antunes

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

António José Lucena Dias

Dr. Henrique Lopes de Oliveira

Rui Manuel Chilrito Pereira

Agostinho dos Santos Pardal

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Granja:** Francisco António dos Santos Branco

**Secretário da Junta de**

**Freguesia de Luz:** Dr.ª Sara Maria Vidigal Correia

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Mourão:** António José Mendonça Ferreira



--- A sessão foi presidida pelo **Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- Após cumprimentar todos os presentes, e antes de iniciar formalmente os trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada a requerimento da Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sequência, e em execução, de deliberação da mesma Câmara Municipal, tudo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão e da alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou também o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituições ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º e artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 12.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão (AMM), pediu substituição o Senhor Deputado Municipal **Hugo Joaquim Nobre Lopes**, substituído nos termos legais e regimentais pela Senhora **Aline Margarida Amaral Batista do Rosário**.-----

--- Considerando que a mesma foi notificada nos termos legais regimentais, e estando presente na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciou imediatamente as suas funções como Deputada Municipal.-----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, informou o Plenário que não deu entrada expediente dirigido à Mesa da Assembleia Municipal de Mourão que, dado o seu conteúdo, seja de interesse dar a conhecer aos Senhores Deputados Municipais. -----

---Realizada a chamada, e verificada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertos os trabalhos, dando-se início ao Ponto I da Ordem de Trabalhos. -----

## **I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 20.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** perguntou se algum munícipe pretendia intervir, tendo solicitado a palavra, que lhe foi concedida, o **Senhor Joaquim José Piedade Frasco** para ler um texto do seguinte teor: -----

*"O Meu nome é Joaquim José Piedade Frasco e estou aqui em representação do Movimento de Utentes de Saúde Pública de Mourão.*



Como é do conhecimento público este Movimento no dia 19 de setembro de 2016, reuniu a população de Mourão junto ao Centro de Saúde de Mourão, para exigir aos responsáveis o direito à saúde e ao melhor funcionamento desse mesmo Centro de Saúde.

Médicos, Administrativos, consultas abertas e a separação imediata da Unidade de Saúde Familiar de Reguengos e Mourão adoptando o nome de Centro de Saúde Mourão autónomo e independente, como temos direito porque até somos um concelho independente de Reguengos foram algumas das exigências feitas.

Daquela concentração ficou decidido que deveria ser efectuado uma petição pública a decorrer no nosso Concelho a qual decorreu desde aquela data até ao fim de Novembro do mesmo ano.

A Petição Pública foi enviada à Assembleia da República, Ministro da Saúde e A.R.S. do Alentejo como constava na folha de rosto da referida petição.

Passado todo este tempo recebemos da A.R.S. do Alentejo um ofício, com data de 12/01/2017, que passo a ler para conhecimento desta Assembleia Municipal como representantes dessa mesma população.

*“Assunto: Petição Pública: Pela reposição dos serviços de Saúde Pública no Concelho de Mourão*

*Na sequência da exposição apresentada e enviada através do V/ofício de 08/11/2016 foram estabelecidos diferentes contactos e realizadas reuniões entre esta ARS, o ACES Alentejo Central e os vossos representantes no sentido de auscultar a posição da população para superar e resolver os constrangimentos quanto à prestação de cuidados de saúde à população de Mourão.*

*Assim, como é do conhecimento de V. Ex.ªs, foram estabelecidos compromissos para regularizar a situação da Unidade de Saúde de Mourão, constatando-se que, presentemente, está resolvida. De facto, desde o início deste ano foi reforçada a equipa de profissionais e, neste momento, estão duas médicas a tempo inteiro na Unidade de saúde que asseguram, quer à população do concelho, quer à população das freguesias – Luz e Granja – a Consulta Geral, Consulta de Vigilância e Consulta Aberta.*

*Mais se informa que no que respeita ao “(...) quadro de pessoal efetivo e relativo ao bom funcionamento (...)” da Unidade de saúde, será colocada no próximo mês mais uma Assistente Operacional que assegurará horas na UCSP de Mourão.”*

*Depois desta leitura, cujo conteúdo nos deixa bastante satisfeito e que nos apraz registar, verificamos que afina juntos conseguimos conquistar os nossos direitos e que só manifestando-nos os poderemos conseguir, bastando para isso, a nossa vontade e o nosso querer.*

*Queremos ainda manifestar que a nossa luta não termina com aquela notícia, pois ela ainda é mais extensa e de acordo com a vontade manifestada, pela população do Concelho, alguns dos pontos não se encontram satisfeitos, nomeadamente a separação imediata do nosso Centro de saúde da Unidade de saúde Familiar de Reguengos e Mourão.*

*Iremos continuar a nossa luta, com outras formas que nos permitam obter todas as exigências que foram feitas na referida Petição Pública. Presidente da República, manifestações públicas, e outras a estudar.*

*Mourão, 20 de Janeiro de 2017.*

*O MOVIMENTO DE UTENTES DE SAÚDE PÚBLICA DE MOURÃO”*

## **II – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**

### **PONTO ÚNICO – REAPRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017**



--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa** dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude da mesma ter sido previamente enviada a todos os membros, do seguinte teor: -----

**"PROPOSTA**

**REAPRECIÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017**

*Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o quadro de competências de apreciação e fiscalização, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, "aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões".*

*Tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e das deliberações tomadas por este Executivo, nas suas reuniões extraordinárias, realizadas nos dias 31 de outubro e 7 de dezembro de 2016 e ordinária de 10 de janeiro de 2017, cujos teores seguidamente se transcrevem, apresenta-se à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I do citado diploma legal, a proposta de Grandes Opções do Plano e de Orçamento, respectivamente, para o quadriénio financeiro de 2017 a 2020 e para o ano financeiro de 2017, a Apreciação Técnica dos Documentos Previsionais, de acordo com os documentos anexos, e a sua reapreciação e votação: (Os mesmos que foram enviados para a sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 9 de dezembro de 2016).*

**Reunião extraordinária de 31 de outubro de 2016**

**"3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017**

*Relativamente a este assunto a Sr.ª Presidente colocou à discussão a análise da sua proposta do seguinte teor:*

*"Considerando que:*

- 1. O **Orçamento para o ano de 2017** foi elaborado de acordo com as regras previsionais definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, seguindo uma política de afetação de recursos segundo critérios de seletividade com supressão dos encargos que não se demonstrem absolutamente necessários, consubstanciando um Orçamento por programas onde relevam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes, capítulo IV – Regras orçamentais, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.*
- 2. A elaboração do Orçamento assentou, também, na identificação rigorosa das despesas obrigatórias e cumpre rigorosamente o critério de consignação de receitas no que se impõe, afetando-se os respetivos recursos às ações participadas por Fundos Comunitários ou Contratos-Programa.*
- 3. As **Grandes Opções do Plano para o ano de 2017** integram os projetos e ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos e outras Atividades Relevantes a desenvolver pela*



*Autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no Orçamento de Exercício.*

4. *O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017 discrimina os investimentos por objetivos, programas, projetos e ações, a realizar diretamente pela Autarquia, num horizonte temporal de 4 anos, estabelecendo as opções políticas tomadas e consequentes prioridades na satisfação das necessidades coletivas locais.*
5. *De acordo com o artigo 41.º e o artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 44.º, a proposta de orçamento é acompanhada da proposta de quadro plurianual de programação orçamental.*
6. *O Orçamento Municipal apresenta um valor total, tanto na receita como na despesa, de dez milhões, cento e trinta e cinco mil e setenta e cinco euros.*

*Em face do exposto tenho a honra de propor:*

- a) *Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, respetivamente para o quadriénio financeiro de dois mil e dezassete a dois mil e vinte, e para o ano financeiro de dois mil e dezassete;*
- b) *Submeter, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, os referidos documentos previsionais à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, para apreciação técnica, antes da sua apresentação, para aprovação, à Assembleia Municipal;*
- c) *Após a referida apreciação técnica da DGAL, submeter os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprove.*
- d) *Aprovar nos termos do n.º3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente deliberação em minuta;*

*Paços do Município de Mourão, 27 de outubro de 2016.*

*A Presidente da Câmara Municipal,*

*Dra. Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara”*

*Os mencionados documentos dada a sua extensão ficam arquivados em pasta anexa (anexos números vinte e nove e trinta), ficando a fazer parte integrante desta ata.*

*Depois de apreciados os referidos documentos e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimento, a Sr.ª Presidente colocou a proposta acima transcrita à votação, a qual mereceu total aprovação do Executivo.*

*Deliberação tomada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Anabela Caixeiro e Francisco Oliveira, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 por considerarmos que o documento apresentado não revela/demonstra agilidade política nem tão pouco agilidade empreendedora, uma vez que é bastante limitativo sobretudo em termos das receitas. A verdade é que a Câmara Municipal de Mourão nada faz para criar/gerar investimento e promover novas receitas*



que não sejam receitas provenientes de impostos municipais e receitas provenientes das transferências do estado.

Por outro lado, consideramos que as despesas apresentadas não são representativas da realidade do Município, uma vez que se perspetiva a realização de investimento utópico que implica verbas que o município não dispõe no momento, nem que futuramente irá disponibilizar.

Apesar de se verificar uma diminuição em termos de despesa corrente, esta ainda não é suficiente para o equilíbrio financeiro do município.

Por outro lado, consideramos dispensável o aumento com a despesa de capital, uma vez que o que se prevê não é viável do ponto de vista financeiro.

Por último, somos ainda a considerar que a intenção/solução de recorrer ao PAM espelha o fracasso das atuais políticas socialistas levadas a cabo no Município ao longo de vários anos até à atualidade. Não acreditamos, nem tão pouco somos apologistas de se contrair dívidas para pagar outras dívidas. Isto não nos leva a lado nenhum, apenas vicia o sistema e o prejudica ainda mais.

Perante este documento, não podemos falar em Grandes Opções mas sim em opções irreais que prejudicam um concelho tão massacrado pelos seus dirigentes municipais que teimaram em manter as pessoas na sua única dependência e não foram capazes de aproveitar as oportunidades que a construção da Barragem de Alqueva lhes proporcionou, tal como fizeram outros municípios limítrofes, onde é bem visível o seu aproveitamento."

### **Reunião extraordinária de 7 de dezembro de 2016**

#### **"2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017 – APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2017 (PAEL)**

Relativamente a este assunto a Senhora Presidente colocou à discussão a análise da Apreciação Técnica dos Documentos Previsionais do Ano de 2017 (PAEL), remetida pela DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, a coberto do seu ofício n.º S-001754-2016, de 05-12-2016, cujo documento dada a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (anexo número trinta e seis), ficando a fazer parte integrante desta ata.

Seguidamente os Senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Rumo à Mudança no concelho de Mourão, Anabela Caixeiro e Francisco Oliveira, apresentaram um texto do seguinte teor:

"No âmbito da apreciação técnica dos documentos previsionais do Ano de 2017 (PAEL) efetuada por parte da DGAL, enquanto mouranenses, cidadãos e membros da CMM, ainda que de forma não executiva, não podemos deixar de lamentar e mostrar a nossa indignação perante os resultados da presente apreciação.

A verdade é que o presente relatório não constitui em nada uma novidade, na medida em que as questões levantadas e que se traduzem em sérios riscos e preocupações para o Município e seus munícipes, já tinham sido por nós apresentadas (Vereadores pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Rumo à Mudança no Concelho de Mourão). Em termos gerais e concretos a DGAL caracteriza a gestão do executivo camarário como imprudente, na medida em que as estratégias que pretende levar a cabo comportam elevados riscos para a "saúde" do Município e conseqüentemente de todos os munícipes. Perante esta imprudência, a DGAL alerta para a adoção de medidas estruturais e estruturantes que visem sobretudo diminuir despesas supérfluas e otimizar recursos existentes.

*É ainda com muita indignação que assistimos ao incumprimento da lei no que se refere à proposta de orçamento municipal para o ano de 2017, isto é, a CMM ao elaborar este instrumento (OM 2017) não cumpriu/respeitou os compromissos assumidos aquando da elaboração do QPPO. Continuamos a assistir ao declínio do nosso Município.*

*Em termos apreciativos, consideramos tal como a DGAL que o executivo camarário tem como lema gastar o que não tem e gerir o que não existe, o que na gíria se traduz na seguinte expressão: "dar o passo maior que a perna". Para o executivo, o futuro não interessa, viver de ilusões e iludir é o caminho. Caminho que para nós se traduz única e exclusivamente na angariação/caça ao voto.*

*A CMM continua a comprometer-se e a não cumprir, e o espelho disso é o incumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro.*

*O OM2017 traduz-se num risco orçamental elevado que vai mais uma vez sacrificar todos aqueles que vivem no concelho de Mourão em prol da criação de infraestruturas que são dispensáveis à sobrevivência condigna dos habitantes do concelho. É muito triste quando assistimos ao suicídio do nosso município, com atitudes/práticas ingovernáveis, de previsões de receitas sem fundamento e que castigam os habitantes do concelho e de previsões de despesas irrisórias. Lamentavelmente, para o executivo a solução para a resolução de todos os problemas encontra-se nas rendas por parte da EDP, a arrecadar, o que nunca vai acontecer. Em suma, a solução está no que não existe. Perante tudo isto, o que irá acontecer ao concelho de Mourão, que é gerido por um executivo que apresenta como lema "Contrair dívida para pagar mais dívida" e isto tem sido bem visível, primeiro com o Plano de Saneamento Financeiro, depois com o PAEL e agora com o FAM, planos/empréstimos que não souberam aplicar nem tão pouco respeitar.*

*É ainda vergonhoso quando a DGAL refere que o orçamento municipal para 2017 não é uma realidade e o que se prevê não vai acontecer, no fundo consideram que a CMM tenta fazer magia sem varinha mágica.*

*Por outro lado não podemos deixar de apreciar as Grandes Opções do Plano para 2017, as quais não têm grande apreciação na medida em que são uma utopia, pois como quer a CMM obras sem verbas disponíveis, mais uma vez se vive na ilusão e à espera de um milagre?*

*Por último, não podíamos deixar de apresentar a nossa preocupação com tão insensatas medidas/OM2017, previstas para o ano de 2017, as quais revelam a despreocupação para com o futuro do concelho e das gerações vindouras. A verdade é que o futuro de todos nós depende de empréstimos, de dívida atrás de dívida."*

*Finalmente a Senhora Presidente na sequência da apreciação feita pelos Senhores Vereadores da Coligação realçou o referido na página 13 da Apreciação Técnica da DGAL, onde se lê "Apesar da redução da sua dívida (a dívida total está mais elevada 59,0% face ao PAF), pelo que o Município deverá manter a política de execução orçamental seguida pautando-se por uma afetação crescente de saldos orçamentais de receitas efetivas para a redução das suas dívidas, sobretudo as de curto prazo".*

*Não havendo mais intervenções e depois de tomado conhecimento da mencionada apreciação técnica dos instrumentos previsionais para o ano de 2017 (PAEL), o Executivo deliberou enviar a mesma à Assembleia Municipal de Mourão para junção à proposta de discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017.*

*Deliberação tomada por unanimidade."*



**Reunião ordinária de 10 de janeiro de 2017**

**5. REQUERIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA**

O Senhor Vice-Presidente considerando:

- A importância da aprovação do Orçamento para efeitos da gestão corrente do Município;
- A realização das tradicionais festas em Honra de Nossa Senhora das Candeias, mantendo o nível e a dignidade que as mesmas merecem;
- A realização das obras que o município elegeu realizar neste mandato;

Propôs que ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, seja requerida a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mourão, com o seguinte ponto da ordem do dia:

**1. REAPRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017**

Apreciada a referida proposta e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Vice-Presidente colocou a mesma à votação tendo merecido total aprovação do Executivo.

*Deliberação tomada por unanimidade, e em minuta."*

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça aprovação da Assembleia Municipal.

Paços do Município de Mourão, 16 de janeiro de 2017.

A Presidente da Câmara Municipal,  
Dr.ª MARIA CLARA PIMENTA PINTO MARTINS SAFARA"

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta referiu que solicitou a realização desta sessão extraordinária para dar conhecimento de alguns constrangimentos para os quais foi alertada pelos técnicos depois da anterior votação nesta Assembleia, como o facto de qualquer alteração que se pretenda fazer tem de primeiro solicitar parecer à DGAL e neste caso só ao fim de um mês se teria o parecer daquela entidade. Assim referiu algumas situações que importa mencionar: -----  
"- Sobre a Festa de Nossa Senhora das Candeias muito se tem especulado sobre se há ou não há Festa. Em conjunto com a Junta de Freguesia de Mourão, com a Fábrica da Igreja Paroquial, com a RCA lentejo e com o Dr. Grave, assumi a sua realização, pois sem o



orçamento aprovado apenas podemos recorrer à gestão corrente como pagamento de ordenados, recolha de lixos, etc. Como a população merece e está um ano à espera desta data, com a colaboração daquelas entidades assumi a realização da Festa. O programa ainda não saiu porque estive a ponderar bem se assumiria ou não a sua realização; -----

- A revisão do Plano Diretor Municipal de Mourão e do Plano de Pormenor da Freguesia de Luz estão inscritos no orçamento para este ano porque há a data limite de 21 de junho de 2017, a partir da qual se não estiver alterado por adaptação do PDM ao POAAP, ficará a Câmara impedida de qualquer licenciamento que implique a alteração do uso do solo assim como serão rejeitadas candidaturas, benefícios ou subsídios e não serão celebrados contratos programa até que a situação seja resolvida. Já havia contactos com três empresas, indicadas pela CCDR, às quais iriam ser pedidas propostas para a elaboração destes trabalhos; -----

- A Casa Mortuária da Freguesia de Granja, que seria realizada a segunda fase para a qual já temos a garantia de que seria celebrado um contrato programa, e que ficará também inviabilizada; -----

- A reabilitação e impermeabilização dos reservatórios de abastecimento público de água de Mourão, que iria permitir a redução do custo da água às Águas de Portugal; -----

- A candidatura da Otimização da Energia das Piscinas; -----

- Um subsídio de cinco mil euros dos Bombeiros Mourão para a aquisição de uma ambulância, pois o socorro à população é essencial. -----

- Nunca disse que os ordenados dos trabalhadores por não estar aprovado o orçamento estariam em causa. Os ordenados estão assegurados pois as transferências vêm normalmente, apenas a gestão é assegurada pelo orçamento do ano anterior. Poderá haver sim algum problema se o BPI pedir a retenção de verbas à DGAL mas isso tem a ver com o FAM e não com o orçamento. Pode o orçamento estar aprovado mas se não houver dinheiro é que se pode levantar o problema; -----

- Outra situação prende-se com o carro do lixo, para a qual foi guardada numa conta própria a verba para o efeito, oriunda de impostos. A atual viatura tem recorrentes avarias cujas reparações são demasiado caras, e é constante a solicitação de apoio ao Município de Portel, porque a viatura de Reguengos não é compatível com os nossos contentores, para a recolha do lixo. -----

Estas são pois as situações mais pertinentes e que queria deixar à consideração da Assembleia." -----

--- De seguida **o Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo-se inscrito e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. Henrique Oliveira** para ler um texto do seguinte teor: "*Cabe a esta Assembleia re apreciar e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017 documentos apresentados pelo Executivo Camarário em segunda versão de ambos. Não*



*vislumbrei qualquer mudança entre as versões apresentadas antes e agora. Pese embora a soma das receitas e despesas coincidirem com a versão apresentada em Dezembro de 2016 poderá ter havido alguma alteração que eu francamente não descortinei.*

*Isto é, as novas versões enfermam dos mesmos erros apresentados na versão inicial. É certo que ambos os documentos devem traduzir as opções políticas do Executivo Camarário e deve ser o seu guia, mas também devem corresponder à realidade ou muito próximo da realidade.*

*Infelizmente verifica-se que, a exemplo dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Mourão, de maioria PS, teima em ficcionar os orçamentos empolando as receitas e até inventando algumas para cobrir as despesas que se vem a verificar que ultrapassam as previsões.*

*Por estes motivos é que a gestão socialista da Câmara Municipal de Mourão tem necessidade de contrair empréstimos bancários a uma velocidade supersónica. Vejamos, em 2009 recorreu ao saneamento financeiro com 5,5 milhões e ficavam as contas em dia. Não ficaram. Abriu-se outra janela de oportunidade para, como se diz na gíria "não fechar a loja" - o PAEL. Argumentam os socialistas que foi para pagar às Águas do Centro Alentejo. Não só. E o certo é que a Câmara de Mourão devia, por isso tinha de pagar. E não tinha pago, porquê? Por várias razões: porque não cobrava a água que fornecia; porque gastava o dinheiro noutras coisas, como favores políticos. Agora a salvação seria o FAM. Alguns Membros Socialistas, contrariados, votaram a favor mas com reservas. Cumpriram a disciplina de voto. Mas sabiam que sendo implementado o FAM a Câmara perdia a autonomia de gestão. Quem passava a ditar as ordens era o FAM. Nós apenas fazíamos aquilo que o FAM queria. Isto durante vinte anos. Não fechava a loja mas era o mesmo.*

*Poderão dizer que tudo isto é uma questão política. Não, não é.*

*A Senhora Presidente disse que era o mesmo orçamento, mas devia ter feito as alterações legais ao orçamento, enviando-o à DGAL em vez de fazer chantagem política.*

*Atente-se no ofício do Tribunal de Contas sobre a homologação das contas de 2007 e 2008, datado de 27/04/2016 e que, infelizmente, só agora nos foi remetido. Veja-se as recomendações explanadas, que passo a citar a mais relevante para o caso:*

*" Adote maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais tendo em consideração o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente o que sobre a matéria dispõe o art.º 5.º relativamente à estabilidade orçamental, bem como o respeito pelas regras orçamentais previstas nos art.ºs 40.º a 46.º da mesma lei, a fim de que os orçamentos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis, de modo a que na sua execução seja dado cumprimento ao estatuído na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento."*

*Ora este orçamento não obedece a tal recomendação.*

*O Executivo socialista não atende à recomendação ao órgão judicial que valida a legalidade das contas públicas de todos os Órgão da Administração Pública. Prefere a vitimização e a campanha eleitoral com dinheiros públicos.*

*Mas atenção, também está vertido no supra citado ofício que: ( passo a citar):*

*" Chama-se a atenção de que a não observância da Lei n.º 8/2012, conforme dispõe o art.º 11.º e da Lei n.º 73/2013, art.º 40º e seguintes, constitui infração financeira, nos*



*termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;"*

*Pois é: dura lex, sed lex.*

*Assim, pelo acima exposto e porque não são previsões sérias, nem rigorosas, com a maior seriedade política só posso votar contra este Orçamento e as Grandes Opções do Plano.*

*Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD/CDS/PP*

*Henrique Oliveira"*

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para referir: "espero que desta vez o orçamento seja aprovado pois é um instrumento necessário, que se não fizesse falta não se fazia, e mesmo quem o ache mau deveria dar o benefício da dúvida. Vale mais um mau orçamento do que não ter orçamento. A postura da direita aqui tem sido sempre bloquear e travar todos os instrumentos que a Câmara tem para funcionar. Espero que hoje seja diferente pois as pessoas que os elegeram não foi para fazerem isto. Ninguém pediu para o aprovarem mas ao menos que não o chumbem. Quanto ao FAM que o Senhor Henrique chamou de mais um empréstimo refiro que é um empréstimo mas não vai aumentar o valor total dos empréstimos. É um empréstimo que vai juntar todos os atuais empréstimos com taxas elevadas num só com uma taxa de 1,75%, que daria uma poupança de mais de quatrocentos mil euros no final do ano, e o que os senhores fizeram foi chumbarem-no pois quem tem de pagar somos os que cá vivemos e pagamos cá os impostos. O orçamento que o Executivo nos apresenta de cerca de 10 milhões de euros, superior em cerca de setecentos mil euros que o de 2016, mas as despesas com pessoal baixam trezentos e dezassete mil euros, o que a direita sempre aqui defendeu – os cortes com o pessoal. Assim por aqui não será motivo para o chumbarem. O aumento do orçamento em relação ao anterior deve-se à inclusão de projetos que estão candidatados ao Portugal 2020, que são a requalificação do Cine-Teatro, 690.00 euros, a aquisição de equipamento escolar para as escolas do 1.º ciclo e aquisição de equipamento informático para o pré-escolar, no valor de 90.000 euros e a requalificação da biblioteca municipal e toda a sua envolvente, no valor de 300.000 euros, a casa mortuária da Granja e aquisição de veículo para recolha de resíduos sólidos. Neste orçamento está também o orçamento da Assembleia Municipal e para quem não sabe este é o segundo mais alto do distrito, só superado pelo de Évora, que é 40.000 euros e este é de 31.000 euros. No ano anterior esta assembleia gastou só em reuniões cerca de 13.000 euros, superior a qualquer uma do distrito de Évora. Na comissão de economia já disse ao Sr. Presidente e ao Sr. Cartaxo que devíamos começar por nós a dar o exemplo de reduzir despesas, e não exigir e apontar o dedo aos outros. Já aqui propus que se abdicassem das senhas mas parece que não interessa. No atual mandato a Assembleia já gastou cerca de 50.000 euros. Desde que tomei posse como deputado municipal o meu único objetivo é a defesa máxima dos interesses do meu concelho e da população que cá vive, dos que pagam cá os seus impostos, dos que têm cá os filhos e netos, dos que querem escolas e piscinas abertas, que querem ter atividades, educação, desporto e férias



escolares, pavilhões, campos de futebol, parques infantis certificados, espaços verdes, cantinas escolares etc. Se não houver orçamento certamente algumas coisas desta não funcionarão. Por ele certamente não será pois vai votar favoravelmente este orçamento." --

--- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Cartaxo** para referir: "Faço minhas as palavras do Sr. Henrique pois se tivesse intervindo primeiro falaria exatamente da mesma maneira. Este orçamento que vamos reapreciar é precisamente o mesmo que já apreciamos e sobre o qual já tivemos um voto. Se agora tivermos outro o que é que isso significava? Falta de dignidade, falta de coerência, falta de tudo. É vulgar agora nas redes sociais falar-se do deputado Ricardo Cartaxo, coisas incríveis sobre a minha pessoa e até me acusaram de vir para aqui profundamente bêbado. O facto de eu ter uma forma de análise e de atuação nesta Assembleia como filho de Mourão que sou obriga-me por vezes a ter uma linguagem não excessiva mas ter chama na apresentação dos temas, por ver a minha terra adormecida e por ver os Executivos retirarem-lhe capacidade de reivindicação, só agora demonstrada quando as pessoas sentiram os problemas nos serviços de saúde. Não quer dizer que as coisas estejam solucionadas mas deu-se um jeito naquilo que se reclamou. Mas não acreditamos em pessoas assim pois pretendem que baixemos as ondas para um dia vir o temporal. Quero dizer com isto que os votos deste deputado são votos da CDU e não do senhor Ricardo Cartaxo pois não sou independente. Represento uma força política com os mesmos objetivos das outras duas forças políticas aqui representadas. É preciso que os mouranenses acreditem em nós pois em contrário aqui têm as consequências. Assim vos quero dizer que não somos forças de bloqueio, somos mouranenses e amigos de Mourão. Quem é que não foi amigo de Mourão? Foi quem desde 1994 até aos dias de hoje endividou o concelho e lhe pregou com esta desgraça. Por isso façam o favor de cada um assumir as suas responsabilidades. Se tiverem conhecimento histórico sabem que o PSD já se coligou ao PS, mas nunca a CDU se coligou. Que fique bem claro que quando a CDU vota igual à direita, nunca foi por acordo, e quando vota igual ao PS também nunca foi por acordo, e quando nos abtemos é porque é a nossa vontade. Quem vota aqui não é o Ricardo Cartaxo mas a CDU." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Dr.ª Sara Correia** para referir: "Embora o documento aqui presente seja igual ao que já foi apreciado, votado e chumbado anteriormente, peço desculpa e paciência por solicitar agora à Senhora Presidente alguns esclarecimentos, mas como certamente se recordará não estive presente naquela sessão por motivos familiares. Começo por pedir que esclareça as rubricas e designações seguintes: página 14 – aquisição de equipamento básico de transporte de animais vivos – 3.000 euros; página 16 – 5.000 euros para construção de prédio na Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão, destinado a habitação; aquisição de sinais de trânsito – 5.000,00 (estão aqui incluídos os sinais que estamos à espera na freguesia de Luz desde 2013 para

estacionamento em cima dos passeios?); Revisão do Plano de Pormenor da Aldeia da Luz - 20.000 euros (é pena que se vá gastar este dinheiro pois a EDIA em reunião comigo e com a Sr.ª Presidente da Câmara assumiu pagar a revisão do Plano de Pormenor); página 19 - construção da Casa Mortuária da Granja - 150.000 euros (quando começaram as obras estava no facebook que custava 34.000 euros); pavimentação de arruamentos na freguesia da Luz - 5.000 euros - (que arruamentos? E as passadeiras?); Beneficiação da iluminação pública na freguesia de Luz - 10.000 euros (inclui a proposta da Junta para as zonas que não têm iluminação? Já possui orçamento da EDP para esses trabalhos?); Página 9 - está previsto um encargo com a Festa de Nossa Senhora das Candeias de 5.200 euros e encargos com a Feira de Saberes e Sabores da Raia 29.700 euros. Como se explica? Mas depois vêm encargos com a realização de espetáculos musicais 52.000 euros. Este valor é para dividir pelas três freguesias ou é o preço da Festa de Nossa Senhora das Candeias? Qual o motivo por que não se discrimina como acontece para as festas da Luz e da Granja? Sabe-se quanto vai para a Festa da Luz - 4.000 euros, mas não se sabe quanto vai para a Festa de Nossa das Candeias. Para a festa da Luz estão previstos 7.00 euros dos quais 3.000 por causa de um acordo vão para a Banda. Não posso aceitar. O encargo com a festa da Luz é de 4.000 e não de 7.000 euros. Entreguem-me os sete mil que eu negoceio com a banda e ainda vou poupar dinheiro. Página 19 - Requalificação da estrada nacional-troço submerso-fonte da manivela - 50.000 euros; Página 22 - Beneficiação da estrada nacional 256 troço submerso-fonte da manivela - 35.000 euros; Iluminação da estrada nacional 256 troço submerso-fonte da manivela - 50.000 euros. Pergunto se 150.000 euros para um troço submerso não será um exagero para quem não tem dinheiro para pagar a trabalhadores? Depois quero agradecer a explicação da Sr.ª Presidente que o chumbo do orçamento não implica o não pagamento de salários, pois andava por aí esse burburinho. Ainda bem que já vêm mais pessoas às Assembleias pois mal do julgador que julga ouvindo apenas uma das partes. Pertencço à Assembleia desde 2005 e afirmo com veemência que nunca esta Assembleia Municipal foi tão justa como é hoje. Até 2013 viesse aqui a proposta que viesse seria sempre aprovada. Nem que nos pintássemos de amarelo ou patinássemos o que patinássemos, era dedo no ar e já está era tudo aprovado. Hoje sim estamos em condições de discutir ideias e posições, apresentar propostas sérias e tentar melhor futuro para o nosso concelho. Por norma quando só um pode decidir raramente decide o melhor. Posto isto e atendendo à minha fraca e parca experiência lembro que várias vezes ouvi aqui elementos do PS dizer "aceitem perderam a Câmara", mas agora a Assembleia Municipal está dividida. Aceitem. Perderam a Presidência da Assembleia Municipal. Aceitem, pois se aceitassem seria mais fácil para todos. O orçamento e o FAM poderiam ter sido discutidos, sentados todos à mesma mesa. E se calhar, depois de negociar, que é assim que funciona a geringonça, todos votaríamos a favor em prol do concelho. Uns aprovariam uma coisa



outros retiravam outra coisa, faziam-se concessões ou cedências e chegar-se-ia a acordo. A falta de humildade nunca beneficiou ninguém. Sr.<sup>a</sup> Presidente, vir aqui alguém dizer que o FAM é um presente envenenado quando precisam de uma proposta aprovada é falta de humildade e o meu voto foi em muito decidido nessa altura. Não podia passar o resto do mandato a ouvir que aprovei o FAM como aprovei o PAEL quando votei contra. Se me permitem deixo o conselho que se sentem todos à mesa e trabalhem pelo concelho de Mourão. Acabo perguntando à Sr.<sup>a</sup> Presidente porque é que apresenta à Assembleia um orçamento igual ao que já tinha sido chumbado?" -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta disse: -----

-----"- Referi logo que o orçamento era o mesmo pois se fosse modificado teria de ir novamente a parecer da DGAL. Este por estar conforme foi aprovado pela DGAL e por está em condições de ser submetido à Assembleia Municipal; -----

- Relativamente à requalificação do troço submerso junto à manivela informo que como todos sabem está a ser desenvolvido um projeto turístico junto à albufeira e antiga estrada nacional que ligava Mourão a Reguengos. Quando a albufeira está na cota máxima há uma zona da estrada, junto à fonte da manivela, que ainda é estrada nacional e que fica submersa, cortando assim o acesso ao referido empreendimento turístico. Por tal facto iniciei contactos com as Infraestruturas de Portugal para ver qual a solução. Esta entidade pediu-nos um orçamento para depois decidir se faziam eles a obra ou se fazia a Câmara a obra e eles pagavam, mediante a celebração de um protocolo. Até agora ainda não obtivemos resposta mas olhando à dimensão do projeto e à sua importância para o concelho optámos por incluir essa rubrica no orçamento para de uma maneira ou de outra se poder executar a obra. Quanto à iluminação embora fique prevista a ação a mesma só se concretizará se o empreendimento também se concretizar; -----

- Em relação ao projeto dos 52.000 euros informo que é uma candidatura da CIMAC que não se sabe ainda se já pode estar em condições para a Festa de Nossa Senhora das Candeias, se será para a Feira de Maio ou se para outra festa. É uma candidatura para os 14 municípios que integram a CIMAC no âmbito cultural; -----

- Para a Festa de Nossa Senhora da Candeias o orçamento não são só os 5.200 euros, são cerca de 40.000 euros como no ano passado. Temos um valor mais elevado porque é o feriado municipal do concelho e as festas mais importantes e com maior tradição no concelho. Ajudamos também as festas da Granja e da Luz mas para Mourão é sempre um valor mais elevado como sempre assumi; -----

--- O equipamento referido na página 14 é porque às vezes há situações em que se verifica a existência de animais errantes que precisam de ser recolhidos a solicitação da GNR, nomeadamente cavalos, e então há necessidade de adquirir um atrelado para esse transporte, o que já acontece em vários municípios; -----



--- As obras na casa sita na Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão tratam-se de pequenos acabamentos (pormenores de electricidade, grades de janelas) que ainda faltam concluir para que possa ser alienada. É uma casa de habitação, propriedade do Município, junto à Galeria Municipal; -----

--- Os sinais de trânsito serão alguns para a freguesia de Luz mas serão também para as outras localidades do concelho; -----

--- A verba para a pavimentação de arruamentos tem como destino as passadeiras da aldeia uma vez que as ruas estão todas calcetadas e em vez de se pintar a calçada seria a mesma substituída por pedra branca e fica resolvido o problema definitivamente e é um investimento com retorno; -----

- No que diz respeito à Casa Mortuária informou que aquele valor era o do concurso para a primeira fase e o restante é o da segunda, a qual só poderá avançar com a aprovação do orçamento; -----

- Para a revisão do Plano de Pormenor da aldeia da Luz foi incluída aquela verba mas no entanto está pensada a hipótese de em conjunto com a revisão do PDM de Mourão ser também agregada a revisão daquele Plano de Pormenor. Havia realmente a hipótese da EDIA vir a participar mas como a legislação foi alterada e se a alteração daquele Plano pudesse ser englobada na revisão do PDM seria solucionada mais rapidamente. -----

- Relativamente à questão do FAM informo que os documentos com o visto do tribunal de contas nos chegaram apenas a 12 ou 13 deste mês, portanto com prazos muito limitados, e pelo facto de termos baixado o endividamento em 1,5 milhões de euros deixamos de estar obrigados a recorrer ao FAM, teve de se fazer a consulta à banca e isso tudo atrasou o processo e não ficamos com espaço para negociar, que era o objetivo. O FAM era hipótese de se ter a estabilidade financeira do Município, nós assumimos o que se passou antes, mas por o que se passou antes não podíamos deixar de tentar resolver a situação. Não podíamos perder aquela oportunidade pois tínhamos vários empréstimos com taxas mais elevadas e se conseguíamos um único empréstimo com uma taxa fixa muito mais baixa, que como disse o Senhor Presidente da Comissão Executiva só se conseguiu por não ser negociada com a banca mas sim com o FAM, o governo e os municípios, pois o FAM é constituído com 50% do capital do estado e outros 50% com capital de todas as autarquias, e não ficávamos com medidas sancionatórias acrescidas porque eram as mesmas do PAEL. Como também disse o Dr. Miguel Almeida as medidas do PAEL duram pelo prazo do programa, vinte anos, as do FAM poderiam ser renegociadas ao fim de 2 ou 3 anos. Até ao nível da redução de pessoal as medidas do PAEL são mais gravosas que as do FAM. Não percebo que depois de tudo explicado pelos membros da Comissão do FAM não tenham ficado devidamente esclarecidos. -----



--- **A Senhora Deputada Municipal Dr.<sup>a</sup> Sara Correia** voltou a intervir para referir que quando falou no sentarem-se à mesa e conversarem foi porque teve conhecimento que a Senhora quer para o FAM quer agora para o orçamento reuniu com a CDU. Diga-me se é ou não verdade e a CDU nem sempre é suficiente para a provar como aconteceu com o FAM, tendo **a Senhora Presidente** informado que sobre o FAM não houve reunião nenhuma e sobre o orçamento houve. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Dr.<sup>a</sup> Florbela Fernandes** para referir: "Começo por dizer que não sou filha de Mourão, mas tenho amigos em Mourão, gosto muito de Mourão, mas sou política, fui eleita e por isso é que aqui estou, com muita dedicação pelo partido que represento que é o partido socialista. Aconteceu comigo em Mourão como acontece com muitos políticos noutros concelho como até o primeiro-ministro que não faz só pelo seu concelho, faz pelo país. Os políticos devem fazer pelo bem-estar das pessoas seja a que nível for. Sempre fez para que as pessoas que a elegeram não fiquem defraudadas e retribuir o voto de confiança que lhe deram. O que é que implica para os mouranenses o não aprovar o orçamento? De facto a Câmara continua a funcionar e não se fecham as portas, mas não vão acontecer de facto projetos ou obras que para acontecerem tem de existir um orçamento aprovado. Fiquei de facto curiosa pela resposta da Senhora Presidente à série de perguntas que a Dr.<sup>a</sup> Sara lhe colocou, pois todas aquelas coisas não vão acontecer se o orçamento não for aprovado. Sabem porque é que vai acontecer o socorro dos bombeiros e vai acontecer a linda festa de Mourão, que não é de nenhuma freguesia mas sim do concelho, é porque a Senhora Presidente vai tomar essa decisão, e o meu conselho foi que ela não a tomasse porque é uma ilegalidade. Espero que se a Senhora Presidente tiver consequências pessoais por tomar essas decisões esta Assembleia se solidarize com ela e que não usem isso para dizerem que ela é vigarista ou que usa o dinheiro para favores políticos. Permita-me a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores a tempo inteiro que é quem toma as decisões, que lhes diga que eu já teria movido processos judiciais para as pessoas terem de provar o que dizem, porque isso é uma ofensa à vossa honra. Para que o público saiba, digo que as consequências de não haver orçamento é: não há casa mortuária, não há candidaturas a projetos comunitários, como o cine-teatro, não pode haver melhoria nas piscinas, não pode haver melhorias na educação através de aquisição de computadores. Pagam-se os salários e paga-se a luz da casa, a água e a recolha do lixo, se o Município de Portel emprestar o carro do lixo e se os de Portel fossem só filhos de Portel não emprestavam o carro a Mourão. Há que ser solidários uns com os outros. Um dia estão uns na mó de cima outros dias estão outros na mó de baixo. Os espetáculos musicais, com uma previsão de 52.000 euros é uma candidatura da CIMAC com todas as autarquias do distrito que tem como objetivo qualificar as vossas festas, trazer aqui melhores artistas pois os mouranenses têm direito a ter aqui bons espetáculos,



e como havia um financiamento que não tinha grandes custos e que melhorava a qualidade das festas decidiu também integrar o projeto. Isto não é um erro pois pode aproveitar o financiamento e melhorar a qualidade das festas, mas já não vai acontecer porque não há orçamento. Falando de coerência, porque é que em três anos deste mandato esta Assembleia na qual o PS não tem a maioria, aprovou sempre os orçamentos e os planos de atividade, e este ano que é ano eleitoral não aprovou? Qual é a coerência? Esta coerência deve ser explicada aos filhos de Mourão. Admito que tenha havido alguns erros, mas esta casa sempre pediu que se baixasse a dívida, que se controlasse a contratação de recursos humanos, tanto pelo PS como pelos outros grupos, e para azar de alguém a Câmara baixou a dívida em 1.500.000 euros, e em compensação esta casa que lutou sempre por isso, como é ano de eleições e há condições para se fazer mais qualquer coisa não deixa. Como dizem as regras do país os orçamentos têm de dar zero e o orçamento quando aqui chega já está visado pela DGAL que é a entidade que a nível nacional pode dizer que o orçamento está em conformidade com a lei. As recomendações do tribunal de contas são para todas as Câmaras do país. Quando aqui se falar novamente do FAM vou trazer a lista das Câmaras do PSD que aderiram ao FAM porque sabem fazer contas. Se temos dois ou três créditos (carro e habitação) com juros de 3%, queremos renegociar a dívida, vamos à banca e esta apresenta uma proposta em que para os mesmos empréstimos propõe uma taxa de 1,75%, a gente vai para casa, pensa e depois decide que não quer a taxa proposta de 1,75% mas sim de 3% que é melhor? Esteve aqui o Presidente da Comissão Executiva do FAM que explicou que as limitações de gestão que o FAM impunha à Câmara não tinham nada a ver com as limitações impostas no PAEL, e aquele receio de que se estaria 20 anos com aquelas limitações, ele deixou bem claro como é que ao fim 2 anos se poderiam rever essas imposições. Mas não os vai maçar com isso pois haverá oportunidade de quando aqui se falar novamente no FAM, explicar aos filhos de Mourão quem foi responsável por a sua autarquia ter perdido meio milhão de euros. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, ausentando-se da Mesa, e **na qualidade de Deputado Municipal**, fez a seguinte intervenção: -----

*" A coerência e a honestidade, incluindo a intelectual, é uma qualidade exclusiva dos seres humanos. Mas eu acrescentarei, de alguns seres humanos.-----  
Por isso, um girassol não pode ser desonesto apesar de se movimentar ao sabor do sol, tanto quanto não se pode acusar de desonestidade uma barata, mesmo que seja tonta.-----  
Pensa-se, hoje em dia, que o céu tem espaço para alojar os que dão cambalhotas ao sabor das circunstâncias, sem coerência alguma, a não ser a sua falta de coerência.-----  
Por isso, quem ignora a verdade e a realidade sofre de falta de coerência consigo mesmo, e o pior de qualquer eleito local é quando ele opta sempre pela conveniência sacrificando a coerência.-----*



*Senhores Deputados Municipais: nenhum argumento é intrinsecamente verdadeiro na medida em que a força desse mesmo argumento depender das evidências que lhe dão suporte. Assim, tem que haver coerência entre o pensamento, as palavras e as atitudes. Infelizmente todos conhecemos alguns campeões esotéricos da omissão, da transformação, da camuflagem da verdade, e que conseguem por vezes produzir verdadeiros atentados à mente humana com uma calma e serenidade incomparáveis. Mas este é um sinal claro da sua incompetência que se esconde atrás da poeira que os mesmos levantam para esconder as suas fragilidades, num profundo conflito mental que os trespassa e que os impede de ver para além do seu próprio umbigo. Por isso, enquanto deputado municipal não tentarei ser politicamente correto, e não me calarei enquanto houver coerência nas minhas palavras.-- Apenas seguirei a coerência e o sentido da verdade na defesa dos mais desprotegidos do concelho de Mourão, e, por isso, manter-me-ei sempre firme fazendo oposição com posição e coerência, colocando sempre os interesses do povo do concelho de Mourão em primeiro lugar, sempre marcado pela coerência e nunca pela intransigência, pois bem sei que a credibilidade só se ganha a partir do momento em que vivemos verdadeiramente alinhados com os valores que defendemos.-----*

*Sobre a honra e a consideração dos eleitos locais, queria dizer a V. Exas, senhores deputados municipais, que o nosso direito à liberdade de expressão, permitindo a qualquer pessoa exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, compreende, também, o direito de crítica, nomeadamente a crítica objetiva, isto é, a formulação de juízos de valor sobre atos ou comportamentos de alguém. Como políticos e personalidades públicas que somos, gozamos, reconhecidamente, de uma presunção de idoneidade e de seriedade. Todavia, essas qualidades, ou a ausência delas, podem e devem ser escortinadas e questionadas, a todo o tempo, pelo cidadão comum. Ora, ninguém colocou aqui em causa a idoneidade e seriedade de quem quer que fosse. Ninguém imputou falsamente a alguém a prática de ações ilícitas ou ilegais, nem tão pouco foram aqui formuladas quaisquer insinuações e juízos de valor negativos relativamente à conduta dos cidadãos, as qualidades pessoais e humanas dos mesmos enquanto pessoa singular, mas antes o seu comportamento ou atuação enquanto políticos. -----*

*As frases e expressões mais incisivas eventualmente aqui utilizadas e consubstanciadas numa crítica objetiva, não obstante terem naturalmente incomodado e agastado algumas pessoas, não devem ser consideradas ofensivas da honra e consideração pessoal dos mesmos, nem enquanto pessoas singulares, nem enquanto políticos, e mais precisamente, enquanto membros da Assembleia Municipal, podendo, assim, qualquer senhor deputado municipal exercer, de forma veemente, um direito de cidadania que lhe assiste visando políticos e homens públicos, como são os senhores deputados municipais, o que deverá ser assente em factos e com base na lei, à luz do direito de liberdade de expressão e de crítica do poder político e seus representantes, que lhe assiste num Estado de Direito Democrático como é o nosso, o que se encontra bem explícito no artigo 37º, nº1 da nossa Constituição.-----*

*Senhores Deputados Municipais: já aqui, nesta Assembleia, disse, muitas vezes, mas quero de novo recordar, que a atual situação financeira da Câmara Municipal de Mourão se deve a uma completa falta de definição de prioridades, à execução de inúmeras obras supérfluas, a outras escandalosamente sobre orçamentadas, a uma política de emprego para pagar favores políticos, caçar votos à custa do engano de pessoas, e a muitos outros graves e grosseiros erros de gestão da coisa pública municipal.-----*



*Todos sabemos que Mourão é hoje um concelho falido, pobre, e de gente empobrecida. É um concelho endividado acima dos limites legais, e não tem forma nem meios para assumir os seus compromissos financeiros.*-----

*O nosso concelho vê partir os mais jovens, a sua massa crítica, porque isso interessa, e sempre interessou, ao poder instalado, que nada fez, durante mais de 20 anos, para os fixar, e que assim não é incomodado pelos mais idosos, pois estes estão mais preocupados em pagar a conta da farmácia e em receberem um foliar pela Páscoa.*-----

*Mourão é hoje, senão o mais, um dos mais envelhecidos concelhos do país.*-----  
*Mourão, enquanto concelho, perdeu, nos últimos 15 anos mais de 17% da sua população. Mourão não tem indústrias ou serviços.*-----

*Mourão, por incompetência, ou outros interesses disfarçados e maquiavélicos, não ganhou nada com o projeto do Alqueva. Pelo contrário. Perdeu muito.*-----

*Perdeu uma aldeia que se viu submersa com todas as consequências que conhecemos.*-----  
*Perdeu uma fábrica e as suas centenas de postos de trabalho, os quais não foram acautelados de forma diligente.*-----

*Perdeu 1/3 do seu território que se viu alagado pelas águas do Rio Guadiana.*-----  
*De tudo isto nada sobrou a não ser desencanto, amargura e muita resignação comprada por promessas mentirosas, fáceis e inconsequentes.*-----

*A Política municipal foi, e continua a ser, uma adulteração da realidade, apenas dirigida na direção de destruir para reinar, acelerando a fundo na direção do muro e do abismo, usando e abusando de pessoas simples e honestas que acreditaram em vendedores de banha da cobra.*-----

*Por isso, sabemos bem a prática e a maneira de fazer política do PS e dos seus sucessivos governos na Câmara: quanto menos pessoas tiverem emprego e independência financeira, melhor será para o PS de Mourão, representado pela Presidente da Câmara, pois só assim poderão pressionar, condicionar e amedrontar os habitantes do concelho, que precisam de dar de comer à família.*-----

*Hoje, tal como no passado, quem não ajoelha e obedece, a Câmara Municipal não ajudará nem dará emprego, mesmo que esse emprego temporário seja suportado com dinheiros do Estado, logo de todos nós.*-----

*É o caciquismo que criou vícios e dependências que foram, desde sempre, utilizados politicamente pelo PS de Mourão que governa e governou a Câmara a seu belo prazer.*-----

*Por isso, todos somos vítimas da incompetência política e do compadrio político que nos arrastou para a miséria.*-----

*Foram-nos prometidos investimentos.*-----

*Mas sobre os investimentos prometidos desde 2002, na ordem dos 13.000.000,00 (treze milhões de euros) bem como a garantia da absorção da totalidade dos postos de trabalho das fábricas desativadas em consequência do enchimento da Barragem do Alqueva, nada sabemos acerca da existência formal e jurídica dessas promessas e protocolos, e a existirem, porque é que a Câmara Municipal de Mourão não acionou juridicamente tais entidades visando o cumprimento do assumido e protocolado, mantendo, pelo contrário, uma atitude passiva e negligente, contrária aos interesses do Município de Mourão e da sua população?*-----

*Sempre avisámos, ao longo dos anos, para a ingovernabilidade e a anarquia que dura há mais de duas décadas no concelho de Mourão, em que se investiu no desinvestimento do concelho, no*



*despesismo contínuo, no clientelismo, apenas, e só, com propósitos eleitoralistas, e para benefício de algumas (poucas) famílias, e, quase sempre, as mesmas. Tudo em família e no círculo dos amigos. --- Nunca foi explicado ao povo a razão dos sucessivos executivos camarários do PS, atentas as condições naturais lindíssimas do concelho, não terem apostado no turismo, deixando fugir para concelhos vizinhos avultados investimentos nesta área, investimentos esses que criariam posto de trabalho e dinamizariam a economia local nas suas várias vertentes, sendo exemplo disso a "Marina da Amieira".*

*A resposta é clara. Foi mais fácil colocar as pessoas na Câmara para assim as puderem usar e ganhar eleições. A verdade é que não houve, nem há, planeamento nem interesse político em captar investidores para o concelho, e que se tal tivesse acontecido hoje a situação seria bem diferente, tal como é diferente nos concelhos vizinhos que apostaram no desenvolvimento turístico como fator impulsionador do desenvolvimento local. -----*

*Por isso, hoje, estamos hoje a sofrer as consequências das decisões de incapazes e de demagogos maquiavélicos que alguns Mouranense distraídos e enganados puseram e mantiveram na Câmara durante mais de 20 anos a troca de promessas enganadoras, a troca de nada. -----*

*Todos sabemos porque aqui chegámos e quem são os culpados. E falo em vários culpados, pois os culpados pela tragédia do concelho têm rostos. Não apenas um, mas muitos. -----*

*Mas refiro apenas três: o antigo Presidente da Câmara, a atual Presidente da Câmara e o seu Vice-Presidente, que ocuparam cargos de vereadores, e o último também de Vice-Presidente. -----*

*O antigo Presidente da Câmara, que na mesma exerceu funções durante mais de 20 anos, pelo desleixo, incompetência, prepotência e autoritarismo com que governou e dirigiu de forma danosa os destinos do concelho. -----*

*Mas também a atual Presidente e o seu Vice-Presidente que foram vereadores a tempo inteiro ao longo de muitos anos e fizeram parte da equipa autárquica do PS, mas nunca se distanciaram da gestão danosa feita sob a batuta do anterior presidente, sempre votaram favoravelmente as suas propostas, sempre estiveram ao seu lado, e sempre apoiaram a política que nos guiou para o desastre em que nos encontramos. Nada fizeram e tudo calaram. Como diz o povo, quem cala consente. -----*

*Digo eu agora: eles ajudaram à desgraça do concelho, sendo, pois, autarcas cúmplices da desgraça e do caos, autarcas que ligam o passado e o presente, sem quebra! -----*

*Senhores Deputados Municipais: a Câmara Municipal de Mourão apresenta, hoje, a esta Assembleia Municipal, o mesmo orçamento já aqui rejeitado em sessão realizada no início do passado mês de dezembro. Este orçamento, o mesmo que foi chumbado anteriormente por esta Assembleia, continua, pois, a sofrer de evidentes fragilidades no seu processo de elaboração, o que trará inevitavelmente consequências na gestão orçamental. -----*

*Este orçamento continua a mostrar-nos uma prática reiterada de empolamento da previsão das receitas orçamentais que depois evidenciam reduzidos índices de execução pondo em risco, ainda mais, o equilíbrio e a sustentabilidade financeira do MM, já que permite e potencia, através da criação artificial de uma situação de aparente equilíbrio orçamental, a realização e/ou existência de elevados montantes de despesa para além da efetiva capacidade para promover o seu pagamento. -----*

*O orçamento anteriormente chumbado, mas que a Câmara teima agora em apresentar novamente a esta Assembleia sem qualquer alteração, a ser aprovado terá como consequência inevitável uma execução orçamental desequilibrada, materializada na realização e/ou existência de despesas muito acima da real capacidade financeira da Câmara para fazer face, atempadamente, aos compromissos*



*assumidos. Nenhuma alteração foi feita a este orçamento apesar das nossas justificadas e concretas críticas ao mesmo. -----*

*Este comportamento da Câmara Municipal de Mourão é bem demonstrativo do desrespeito que a Câmara tem para com esta Assembleia.-----*

*Mas a Câmara Municipal de Mourão tem, de uma vez por todas, de aceitar a ideia real que a promiscuidade política anteriormente existente entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal terminou.-----*

*Cada um destes órgãos tem as suas próprias funções, e o papel dos deputados municipais não é apenas virem aqui levantar o braço e receberem a sua senha de presença.-----*

*Os assuntos relativos aos orçamentos e impostos têm que ser e devem ser discutidos na Assembleia Municipal e não, como anteriormente acontecia, na Câmara Municipal que, na prática, tinha os dois poderes: o dela própria e o da Assembleia Municipal que se demitiu durante anos e anos do seu poder e do seu dever de fiscalizar a Câmara, deixando que fossem aprovados orçamentos que não refletiam a real expectativa da execução orçamental, com a consequente falta de uma gestão orçamental prudente e equilibrada, de que resultasse a exigível articulação e compatibilização entre o nível de realização e/ou existência de despesas e a efetiva cobrança da receita. -----*

*A sensação de impunidade do tudo poder fazer continua a ser prática na Câmara. Até um dia!! -----*

*Nunca, mas nunca, e ao contrário do que seria de esperar, foram pelos anteriores órgãos-Câmara Municipal e Assembleia Municipal- adotadas as medidas sérias e necessárias para promover a contenção e o controlo da despesa e do endividamento municipais, adequando-os ao seu quadro financeiro, pois não se verificaram, antes pelo contrário, quaisquer melhorias ao nível da sua situação financeira do concelho. -----*

*Senhores deputados municipais: a Câmara de Mourão teima em apresentar um orçamento igual ao anteriormente chumbado.-----*

*Tal comportamento é a forma de a Câmara de Mourão poder depois desculpar-se acusando os outros dos muitos males que eles mesmos fizeram ao concelho de Mourão ao longo dos anos em que nos desgovernam e continuam a desgovernar.-----*

*A Coligação PPD/PSD-CDS/PP nesta Assembleia jamais será acusada pelo Tribunal de Contas de não ter fiscalizado a ação e a gestão da Câmara Municipal. Sempre aqui estivemos aplaudindo quando as coisas estavam e foram bem-feitas e criticando, quase sempre, infelizmente, as asneiras feitas pela Câmara. Apresentámos soluções e demos exemplos. -----*

*Na política, sobretudo a municipal, não basta dizermos que estamos vivos apenas de quatro em quatro anos, uns meses antes das eleições, sejam elas quais forem, sobretudo nas eleições autárquicas. -----*

*Temos que estar presentes todos os dias, acompanhar a vida do município, agir e não simplesmente reagir. Temos que ser proactivos e não meramente reativos. -----*

*O que acebei de falar é o retrato da triste situação passada e presente do nosso concelho. -----*

*Por isso, hoje, estamos a sofrer as consequências das decisões de incapazes e demagogos maquiavélicos que alguns Mouranenses, distraídos e enganados, puseram e mantiveram na Câmara durante mais de 20 anos a troco de promessas enganadoras, a troca de nada.*

*Todos sabemos porque aqui chegámos e quem são os culpados. -----*



Enquanto autarcas, fomos eleitos para servir e não para nos servirmos dos cargos ou posições que temos. Não podemos desistir dos nossos ideais nem desistir de fazer uma política séria no concelho em favor de todos, sobretudo dos que mais precisam. -----

Nunca devemos desistir dos nossos sonhos e dos sentimentos que os acompanham, pois, o futuro não se prevê, prepara-se, e só não altera a sua história quem está morto, sendo necessário, por vezes, dar um toque de lucidez na escravidão das ideias fixas do passado. -----

Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para dialogar com a CMM no sentido de darmos ao nosso povo um futuro melhor. -----

Mas a posição da Câmara de Mourão, ao apresentar de novo um orçamento anteriormente chumbado, é bem demonstrativa de quem não quer dialogar. -----

Por isso:-----

a)- Quando a Câmara de Mourão estiver disponível para arrepiar caminho, mudar de política, poupar no que pode e deve ser poupado, revogar a nomeação do segundo vereador a tempo inteiro e do Adjunto do Gabinete da Presidência, deixar de editar o inútil "Boletim Municipal", denunciar o contrato com a técnica de comunicação, e que tudo somado são milhares de euros ao fim de alguns anos (falamos do futuro), mandar fazer a auditoria que a Assembleia Municipal e os vereadores do PSD na Câmara já por diversas vezes pediram e que não há razão para não ser feita (mas que tudo faremos para que seja feita mesmo que contra a vontade da Câmara), quando se derem por findos os contratos ruinosos com amigos e familiares que endividam ainda mais a Câmara sem qualquer necessidade ou utilidade. -----

b) Quando a Câmara tudo fizer para receber o muito que lhe devem bem como receber o que pagou ilegalmente durante anos. -----

c) Quando a Câmara se empenhar e preocupar, de verdade, em captar e atrair investimento privado para o concelho de Mourão, investimento esse que crie emprego privado e diminua a dependência das pessoas em relação à Câmara, e não criar dificuldades sem sentido a quem quer investir, então, nós, estaremos presentes e caminharemos juntos e ao lado da Câmara Municipal de Mourão." -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento **a Senhora Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a referida proposta à votação, a qual **foi recusada, por maioria**, com nove votos a favor dos Senhores Deputados Municipais Dr.<sup>a</sup> Florbela Fernandes, Dr. Dimas Ferro, António Ferreira, José Franco, Rui Pereira, António Dias, Agostinho Pardal, Aline do Rosário e Francisco Branco, e nove votos contra da Senhora Presidente da Mesa em exercício, Dr.<sup>a</sup> Catarina Marques e Segundo Secretário da Mesa, Senhor Joaquim Caeiro, e dos Senhores Deputados Municipais Dr. José Ramalho, Dr. Henrique Oliveira, Dr. José Pedro dos Reis, Dr. Rui Passinhas, Ricardo Antunes, Dr.<sup>a</sup> Sara Correia e Ricardo Cartaxo, **e em minuta**. A Senhora Presidente da Mesa em exercício utilizou o seu voto de qualidade. -----

--- Seguidamente **a Senhora Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum deputado pretendia fazer declaração de voto, tendo apresentado: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Dr.<sup>a</sup> Florbela Fernandes**, do seguinte teor: -----



"Quero dizer que votei como o partido socialista a favor e congratular-me que a lista que represento é única que efetivamente se preocupa com os mouranenses. Congratular-me pelo facto de termos uma grande mulher, honesta, que não precisa da Câmara para viver e se tem dedicado a esta causa com idoneidade e honestidade a toda a prova. Quero congratular-me pelo facto de numa maneira geral ter visto toda a oposição a fazer oposição a vinte anos e não a três de mandato que é o que se está a avaliar agora que temos uma nova Presidente da Câmara. Mas para mim isso é um bom sinal pois é sinal que ela está a fazer um bom trabalho e então saltam três anos e andam para trás. Quero congratular-se e dizer à Senhora Presidente que este ano será mais difícil mas contará com o apoio do PS mas com os mouranenses também. Quero dizer que terá de passar mais esta provação como passou quando iniciou funções, em anos muitos difíceis com a Câmara numa situação muito difícil, mas tem correspondido com elevação, seriedade e grande dedicação ao concelho. Dizer-lhe que a função que exerce e a Câmara exerce e a função que esta Assembleia exerce resultam de ato democrático dos mouranenses, e se antigamente se votava aqui por unanimidade e por maioria absoluta é porque os mouranenses tinham dado a este órgão e a uma força política essa maioria absoluta. Dizer também que ninguém a pode obrigar a negociar mas fez muito bem em negociar o orçamento com a única força política desta sala que não está no Executivo, que é o PCP, porque o PSD está sentado na Câmara e é ai que deve exercer os seus direitos. Dizer também que a gestão da Câmara compete ao Executivo e não à Assembleia, e como é que a Câmara distribui o dinheiro pelas associações ou à banda é decisão que compete à Câmara. Se outros têm outra opinião que vençam a Câmara Municipal e façam. Depois e por fim dizer aos mouranenses aqui presentes e a todos que não vale tudo para vencer eleições e peço a todos que avaliem um mandato de quatro anos desta Presidente, desta equipa do partido socialista e desta oposição. E os mouranenses falarão em 2017." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Cartaxo**, do seguinte teor: -----

"Este voto é aquele que representa a vontade coletiva dos que representamos a CDU em Mourão. Não é o voto do PCP. A CDU é uma coligação eleitoral democrática que é constituída pelo PCP e pelo PEV. Acontece que se nós fomos fossemos só o partido comunista iríamos ter o mesmo sentido de voto. Contudo temos de dar as nossas satisfações àqueles que são os nossos parceiros políticos. Qual é representação desses parceiros? Eles existem e se não têm uma estrutura política representada refletem-na em votos, e a verdade de todas as verdades como já aqui disse na assembleia de tomada de posse, é que eu represento 8,7% dos votos em Mourão. Se os outros dois grupos parlamentares representam mais de 90% por que razão nós estamos sempre a ser falados e citados, como se a resolução dos problemas de Mourão estivesse na nossa mão. Então vocês têm essa percentagem toda e precisam de mim? O povo de Mourão é inteligente mas



não é por votarem no PS. Lamentavelmente têm-se aproveitado da inteligência desse povo para fazerem uma chincana politica e não permitem às outras forças terem a expressão do seu conteúdo. Como eu tenho dito aqui e na Comissão, o orçamento deve refletir o mais possível e ser o mais real possível em relação às receitas e despesas. Quanto à questão do carro lixo sabem de há quanto tempo é que isto vem? Diz-se que isto é porque é ano de eleições, mas o único partido que até agora aqui falou em eleições foi o PS. Acontece que no dia das eleições todas as forças políticas vão concorrer e depois o povo tem a possibilidade de dizer aquilo que sente e o quer. Há uma coisa que é certa e já aqui se falou que é a questão das finanças locais. Acontece que desde sempre o PS na Assembleia da República ou votou contra ou não venceu a sua posição para que a lei das finanças locais não tivesse descambado para uma situação que levou estes municípios a ter que ir a programas como o PAEL. Aquando a da apreciação e votação do FAM, depois das explicações dos técnicos da Comissão e da minha intervenção, ouvi da parte do Senhor Vogal dizer – muito bem. É porque afinal eu fui capaz de discernir aquilo que é o FAM e não venham para cá com tretas. Alguém disse que para além do orçamento há mais. Pois há e também vai haver outro orçamento. Acontece que o aqui está refletido e eu só falo em nome da minha força politica e é o que nós sentimos. Em relação às festas de Nossa Senhora das Candeias quero explicar aos nossos amigos que não conhecem o historial que as mesmas eram feitas pelo povo, que era uma comissão de festas, mas depois houve alguém que as municipalizou e nacionalizou. O povo tinha capacidade para a organizar e para que fosse a festa do povo e não uma festa da Câmara. Por essa razão têm que reconhecer que em determinada altura foi retirada a possibilidade das pessoas realizarem a sua festa, que sempre deu lucro, nunca deu prejuízo e se o dava era porque não sabiam trabalhar. Está aqui um homem que durante muitos anos ajudou a fazer grandes festas e a trazer grandes grupos musicais a Mourão. Eu não fiz nada por Mourão mas esses grupos vieram cá porque eu os trouxe". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira**, do seguinte teor: -----

"O meu voto foi favorável e é a pensar nas pessoas pois este era o melhor orçamento deste executivo nos quatro anos e o melhor para Mourão. O voto e o chumbo deste orçamento inviabiliza o desenvolvimento da terra. Muitos destes senhores que o reprovaram nunca cá viveram, estão-se pouco marinbando para quem cá está e não querem saber minimamente do que cá se passa. Apenas vêm cá quando há Assembleia Municipal. Queria lembrar ainda a alguns senhores deputados que parece que ainda os incomoda os resultados das eleições. Já passou tempo suficiente e se desconfiaram de alguma coisa porque não pediram uma sindicância à república. Quem ganhou e a lista mais votada desta Assembleia foi a do partido socialista. O senhor Presidente José Francisco só é eleito com geringonça do partido comunista que aqui a geringonça é com o partido comunista, nunca foi com o partido



socialista. A lista mais votada foi a do partido socialista que tem o mesmo número de deputados que o PSD. O objetivo aqui mais uma vez foi bloquear a ação da Câmara e para isso fecharam os olhos e não quiseram olhar nem para a população, nem para o concelho, nem para as obras que se iriam fazer, como a requalificação do Cine-teatro que seria uma oportunidade única com o apoio do Portugal 2020. Para essas pessoas que não vivem cá isso não quer dizer nada. O executivo tem dois vereadores da coligação que estiveram presentes nas reuniões onde foi discutido o orçamento e eu não vi lá propostas da coligação para este orçamento. Não vi lá nenhuma proposta nem boa nem má. Em todos os anos que cá estão ainda proporam uma coisa para se fazer em Mourão. É só não se faça. Não se façam os parques, não se faça a fonte porque não há água. Nestes 20 anos que alguns cá estão foi sempre para barrar. Se não fossem os deputados do partido socialista nada estaria feito. Compreendo que as minhas palavras incomodam alguns deputados. Termino com uma história – havia um cozinheiro que trabalhava num restaurante e o homem era bom cozinheiro mas tinha um problema pois não suportava o calor e aquilo era um castigo para o homem. E isto porquê? Porque há pessoas que não suportam a crítica e então não podem aqui estar. Eu como socialista e democrata respeito o seu voto contra. Embora não o perceba respeito-o. Os senhores que não respeitam opiniões diferentes das suas não deveriam aqui estar a incomodar e a cortar-me a palavra.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. José Ramalho**, do seguinte teor: -----  
“A Assembleia Municipal chumbou mais uma vez o orçamento. Sim, isto é democracia. Os poderes de aprovar ou rejeitar orçamentos e empréstimos são da Assembleia. E fê-lo pela segunda vez, pelo que isto é uma mensagem para a Câmara Municipal de Mourão. É um aviso mas é também um desafio, pois como já há pouco disse a Câmara Municipal devia negociar com a oposição. Tenho a certeza que não será difícil chegar-mos a entendimentos. Portanto a bola agora está do lado da Câmara Municipal e agora é que vamos ver, e repito o que disse há pouco, se sacrifica todo o concelho já que tantas coisas têm de ser feitas, para beneficiar meia dúzia de pessoas. Agora é que eu vou ver qual é a posição da Câmara Municipal. Se abdica de segundo vereador, se abdica de outras despesas. Isto nada tem contra as pessoas. A bola está do lado da Câmara e depois não venham dizer que a culpa é da oposição. Vamos ver se a Câmara protege duas ou três pessoas em prejuízo de uma comunidade, com tantos investimentos que tem para fazer. Relativamente ao estatuto da oposição este tem de ser sempre respeitado independentemente de o partido ter representantes seus no Executivo, porque desde que não tenham cargos executivos o estatuto tem de ser cumprido. Leiam o estatuto pois não se deve falar de cor e não atirem areia para os olhos das pessoas. Não brinquem mais com as pessoas, 25 anos já chegaram.” --  
--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que não houve recursos para o Plenário ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----



--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nº 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa**, Dr. José Francisco Rocha Ramalho, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por maioria**, com treze votos a favor e cinco abstenções dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, Aline do Rosário, António Ferreira, José Franco e Agostinho Pardal. -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 30 (trinta) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por maioria**, com treze votos a favor e cinco abstenções dos Senhores Deputados Rui Pereira, Aline do Rosário, António Ferreira, José Franco e Agostinho Pardal. -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Apreciado e votado o único ponto da "Ordem do Dia", e aprovada a "Ata em Minuta", e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 23,30 horas, tendo, igualmente, desejado "Boa Noite" a todos, e agradecido a sua presença e participação. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por maioria, na sessão de 27 fevereiro de 2017, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Coordenador técnico,